Número de inscrição: 10001928

Sala: 00211

Sequencial: 009 / 49

Local de realização da(s) prova(s): Vila Velha/ES

CARGO 22: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE – DIREITO

Frase:

Os cautelosos raramente se equivocam.

CONCURSO PÚBLICO | EDITAL: 2023 | TARDE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados registrados acima estão corretos e devidamente transcritos na sua Folha de Respostas e na sua Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (caso se trate de caderno de provas reserva, confira apenas o nome do cargo).** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.

2 Quando autorizado(a) pelo(a) chefe de sala/aplicador(a) de provas, escreva, no espaço apropriado da **Folha de Respostas**, com sua caligrafia usual, a frase constante do topo desta capa.

3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.

4 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.

5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.

6 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.

7 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.

8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br

O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR

Digitalizado com CamScanner

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CG1A1-I

A apropriação colonial das terras indígenas muitas vezes se iniciava com alguma alegação genérica de que os povos forrageadores viviam em um estado de natureza — o que significava que eram considerados parte da terra, mas sem nenhum direito a sua propriedade.[2] A base para o desalojamento, por sua vez, tinha como premissa a ideia de que os habitantes daquelas terras não trabalhavam.[3] Esse argumento remonta ao ***Segundo tratado sobre o governo*** *(1690)*, de John Locke, em que o autor defendia que os direitos de propriedade decorrem necessariamente do trabalho.[4] Ao trabalhar a terra, o indivíduo "mistura seu trabalho" a ela; nesse sentido, a terra se torna, de certo modo, uma extensão do indivíduo. Os nativos preguiçosos, segundo os discípulos de Locke, não faziam isso. Não eram, segundo os lockianos, "proprietários de terras que faziam melhorias"; apenas as usavam para atender às suas necessidades básicas com o mínimo de esforço.

James Tully, uma autoridade em direitos indígenas, aponta as implicações históricas desse pensamento: considera-se vaga a terra usada para a caça e a coleta e, "se os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis e costumes ou defender os territórios que durante milhares de anos tinham erroneamente pensado serem seus, então são eles que violam o direito natural e podem ser punidos ou 'destruídos' como animais selvagens". Da mesma forma, o estereótipo do nativo indolente e despreocupado, levando uma vida sem ambições materiais, foi utilizado por milhares de conquistadores, administradores de latifúndios e funcionários coloniais europeus na Ásia, na África, na América Latina e na Oceania como pretexto para obrigar os povos nativos ao trabalho, com meios que iam desde a escravização pura e simples ao pagamento de taxas punitivas, corveias e servidão por dívida.

David Graeber e David Wengrow. **O despertar de tudo**: uma nova história da humanidade. São Paulo: Cia das Letras, 2022, p. 169-170 (com adaptações).

Com base nas ideias veiculadas no texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

1 O texto mostra evasivas utilizadas por europeus para legitimar a apropriação colonial de terras indígenas.

2 O texto informa que, antes da chegada dos europeus, as populações nativas dos territórios colonizados não trabalhavam.

3 O emprego do adjetivo "preguiçosos" (penúltimo período do primeiro parágrafo) revela uma opinião preconceituosa dos autores do texto a respeito das populações nativas colonizadas.

4 O trecho 'são eles que violam o direito natural e podem ser punidos ou 'destruídos' como animais selvagens', no penúltimo período do segundo parágrafo, exprime a perspectiva de James Tully.

5 Infere-se do texto que seus autores corroboram a explicação de James Tully acerca do direito de propriedade aplicado às terras colonizadas.

Acerca dos sentidos e dos mecanismos de coesão empregados no texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

6 Infere-se do primeiro parágrafo, especialmente por causa do emprego da forma verbal "defendia" (terceiro período), que John Locke desistiu de defender os direitos de propriedade.

7 No primeiro período do primeiro parágrafo, a forma pronominal "sua" tem como referente o termo "povos forrageadores".

8 No trecho 'se os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis e costumes ou defender os territórios que durante milhares de anos tinham erroneamente pensado serem seus' (segundo parágrafo), o vocábulo 'que' remete a 'povos aborígenes'.

9 A expressão "Da mesma forma", no último período do segundo parágrafo, reforça a continuidade da argumentação do período anterior.

10 No segundo parágrafo, o sentido do vocábulo "nativos" (último período) abrange a ideia de "aborígenes" (primeiro período).

Considerando as estruturas morfossintáticas e os aspectos semânticos do texto CG1A1-I, julgue os seguintes itens.

11 No primeiro período do segundo parágrafo, a palavra "implicações" tem o mesmo sentido de **impertinências**.

12 No último período do segundo parágrafo, a oração "para obrigar os povos nativos ao trabalho" funciona como complemento do termo "pretexto".

13 No último período do segundo parágrafo, o termo "europeus" concorda com "milhares".

14 No trecho 'os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis' (segundo parágrafo), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo 'a' resultaria em incorreção gramatical no texto.

15 A substituição de "remonta ao" (terceiro período do primeiro parágrafo) por **remonta o** prejudicaria a correção gramatical e a coerência das ideias originais do texto.

16 A correção gramatical e a coerência das ideias do quarto período do primeiro parágrafo seriam preservadas caso ele fosse reescrito da seguinte maneira **O sujeito "mistura seu trabalho" à terra quando a cultiva, e, assim, ela, em alguma medida, passa a ser uma parte dele.**

Digitalizado com CamScanner

Considerando a ética, a moral, os princípios e os valores relacionados à função pública e ao setor público bem como o exercício da cidadania, julgue os itens a seguir.

17 No desempenho da atividade pública, a legalidade e a eficiência são valores suficientes para assegurar a moralidade e a retidão da conduta.

18 Na formação da democracia, o exercício da cidadania exaure-se apenas com o exercício do voto.

19 O modelo ideal burocrático de administração pública, que se fundamenta na compreensão da centralidade e da obediência às regras como principal valor, pode se aproximar da teoria ética de Kant fundada no imperativo categórico.

Com base nas regras estabelecidas nas Leis n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e na Lei n.º 12.846/2013 — que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública —, julgue os itens que se seguem.

20 Para os fins da Lei n.º 12.846/2013, constitui ato lesivo à administração pública nacional dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos.

21 Na hipótese de incorporação societária, a obrigação da sociedade incorporadora em eventual recomposição de dano ao erário, decorrente de conduta da sociedade incorporada prevista na Lei n.º 8.429/1992, fica limitada ao total do patrimônio transferido.

22 O agente político está excluído do conceito de agente público adotado pela Lei n.º 8.429/1992.

23 A responsabilização administrativa de pessoa jurídica de direito privado por violação de preceitos previstos na Lei n.º 12.846/2013, com a consequente aplicação das sanções correspondentes, deve ser precedida de manifestação jurídica elaborada pela advocacia pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.

24 Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, usar, em proveito público, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública direta.

Julgue o item seguinte, relativo ao sistema operacional Windows 10.

25 O *Visualizador de Eventos* é uma ferramenta nativa do *Windows 10* que permite ao administrador da máquina acessar dados dos *logs* de aplicativo, de segurança e do sistema, com objetivo de investigar e identificar possíveis problemas de *software* e(ou) de *hardware*.

Em relação a edição de textos e de planilhas no Microsoft Office 365, julgue os itens a seguir.

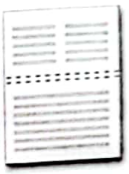
26 Se, na planilha a seguir, desenvolvida no Excel, for digitada a fórmula `=CONT.VALORES(B3:E6)` na célula B8, o resultado apresentado nessa célula será 12.

Quantidade de processos por Cidade

Nome	1bim	2bim	3bim	4bim
Serra		15		22
Vila Velha	40		20	74
Cariacica	0	17	0	12
Vitória	NI	50	NI	

Legenda: NI - Não informado

27 Considere-se que certo usuário do Microsoft Office 365 queira configurar, em um documento de texto desenvolvido no Word, duas colunas no topo e uma coluna na parte inferior da mesma página do documento, como apresentado na figura a seguir.



Nesse caso, será necessário separar a página por meio do comando Quebra de Seção (Página Ímpar) ou Quebra de Seção (Página Par) e, logo após, inserir o número de colunas que se deseja em cada parte da página.

Acerca de redes de computadores e pesquisa na Internet, julgue os itens a seguir.

28 Com base nas propriedades de rede exibidas na imagem a seguir, extraídas de um computador com Windows 10 conectado à rede por meio de apenas um adaptador de rede, é correto afirmar que esse computador poderá conectar-se a uma rede com velocidade de até 1.000 Mbps.

← Configurações

Exibir as propriedades da rede

Propriedades

Nome:	Ethernet
Descrição:	Realtek PCIe GBE Family Controller rainydays.com.br
Endereço físico (MAC):	d0:94:66:9f:0c:f9
Status:	Operacional
Unidade máxima de transmissão:	1500
Velocidade da conexão (Recepção/ Transmissão):	1000/1000 (Mbps)
DHCP ativado:	Sim
Servidores DHCP:	192.168.1.254
Concessão DHCP obtida:	sexta-feira, 10 de abril de 2020 11:40:02
A concessão DHCP expira em:	sexta-feira, 10 de abril de 2020

29 Para procurar no Google o termo `câmaras` exclusivamente no sítio `https://www.tjes.jus.br`, deve-se inserir na pesquisa o comando a seguir. SITE :

`câmaras include www.tjes.jus.br`

Digitalizado com CamScanner

30 Suponha-se que um usuário tenha acessado o sítio `https://images.google.com.br` e digitado no campo de pesquisa os termos `brasao, governo. espitiro; santo`, para obter a imagem do brasão do governo do estado do Espírito Santo. Nesse caso, a pesquisa retornará um erro, pois, para a busca de imagens, é necessário digitar as palavras na forma ortográfica correta, considerando-se os devidos sinais de pontuação e acentuação.

No que se refere à segurança da informação, a procedimentos de *backup* e a *cloud storage*, julgue os itens que se seguem.

31 Na área de segurança da informação, o termo *smishing* refere-se a vírus especificamente projetados para infectar *smartphones* com sistema operacional Android ou iOS e, com isso, prejudicar o uso do aparelho e roubar informações do usuário.

32 Caso o usuário de um computador com Windows 10 deseje realizar *backup* em nuvem da pasta Documentos que possui várias subpastas, cada uma com vários arquivos, é possível fazê-lo por meio do OneDrive, situação em que os arquivos ficarão protegidos e disponíveis ao usuário em outros dispositivos.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base em análise combinatória, probabilidade, operações com conjuntos e problemas geométricos.

33 Suponha que a equipe de manutenção de determinado tribunal decida pintar 7 salas idênticas; que essa equipe tenha à disposição 3 cores distintas de tintas; e que cada sala será pintada apenas com uma cor. Nessa situação, há 36 maneiras distintas de pintar as salas com as cores disponíveis.

34 Suponha que um arquivo contenha 12 pastas numeradas de 1 a 12, ordenadas de forma aleatória, e que uma advogada precise retirar desse arquivo as pastas 2, 3, 7 e 9. Nessa situação, a probabilidade de que a advogada retire exatamente duas pastas certas e duas pastas erradas, em uma única tentativa, é $\frac{56}{165}$.

35 Considere que a equipe de compras de determinado tribunal precise comprar uma nova mesa de reuniões que deverá ocupar uma área máxima de 3 m^2. Considere, ainda, que essa equipe tenha encontrado uma mesa cujo tampo é um hexágono regular com 90 cm de medida de lado. Nessa situação, a mesa encontrada pela equipe de compras não cumpre o requisito de área.

36 Considere que 44 servidores falem uma ou mais línguas estrangeiras e que, entre eles, 12 servidores falem apenas inglês; 10 falem apenas espanhol; 11 falem apenas francês; 1 fale inglês e francês; 2 falem espanhol e francês; e 17 falem francês. Nessa situação, 7 servidores falam inglês e espanhol, mas não falam francês.

Acerca de noções de lógica, julgue os itens a seguir.

37 Se todo promotor de justiça é bacharel em direito e teve de ser aprovado em concurso público específico para tal cargo, logo, Cláudia, que não é promotora de justiça, ou não é bacharel em direito ou não foi aprovada em concurso público específico para ocupar o referido cargo.

38 A sentença "Há pelo menos um desembargador que é mais velho que todos os juízes" pode ser escrita na forma simbólica como $\forall x\, \exists y\ (D(x) \wedge J(y) \rightarrow V(x,y))$, em que $D(x)$ representa a proposição "x é desembargador"; $J(y)$ representa a proposição "y é juiz"; e $V(x,y)$ representa a proposição "x é mais velho que y".

39 A proposição "Considerando-se que o réu é capixaba, é correto afirmar que ele nasceu na cidade de Anchieta" pode ser representada, corretamente, na forma $P \wedge Q$, sendo P a proposição "O réu é capixaba" e Q a proposição "Nasceu na cidade de Anchieta".

40 Considere que P, Q, R e S sejam proposições em que Q e R possuem valores lógicos verdadeiros e P e S possuem valores lógicos falsos. Nessa situação, o valor lógico da proposição $(P \rightarrow Q) \wedge \sim (R \vee S)$ é verdadeiro.

Acerca da Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

41 O TJ/ES poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público pelo voto da maioria simples de seus membros.

42 Na comarca da capital do TJ/ES, inexistem varas especializadas para a matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma que as varas criminais são as responsáveis pelo processo e pelo julgamento de casos da referida matéria.

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

43 Assegurar o mesmo tratamento, a equivalência e a igualdade de remuneração entre os cargos de atribuições iguais ou assemelhadas é objetivo do princípio da isonomia.

44 As cominações civis, penais e administrativas decorrentes de responsabilização dos servidores públicos podem cumular-se, mas a absolvição criminal somente afasta a responsabilidade civil ou administrativa caso se conclua pela inexistência do fato ou pela negativa da autoria do servidor público.

De acordo com o Plano de Carreiras e de Vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

45 A critério da administração e por opção do servidor, se houver disponibilidade orçamentária, a jornada de trabalho dos servidores efetivos poderá ser ampliada para até oito horas diárias, com o correspondente acréscimo ao vencimento básico, sendo possível a esses servidores cumprir sete horas ininterruptas, a critério do TJ/ES.

46 Vencimento básico é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, conforme o padrão, a classe e o nível em que o servidor é enquadrado, acrescido dos adicionais e de outras vantagens.

De acordo com a Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do TJ/ES, julgue o item a seguir.

47 O Núcleo de Processamento de Recursos Eletrônicos encontra-se vinculado à Presidência do TJ/ES.

Digitalizado com CamScanner

Conforme o Regimento Interno do TJ/ES, julgue os itens que se seguem.

48 Compete ao Conselho da Magistratura julgar os recursos de penas disciplinares impostas, originariamente, pelo corregedor-geral de justiça. E

49 No âmbito da correição parcial, poderá ser proferida decisão que conceda ou negue medida liminar, a qual é irrecorrível e deve ser reapreciada somente no julgamento do mérito da correição parcial, quando, então, poderá ser mantida ou reformada.

50 No que se refere aos julgamentos cíveis, nos órgãos do TJ/ES, os primeiros processos a serem julgados serão os agravos de instrumento e os últimos, as ações rescisórias. •

Espaço livre

A
51
79

Digitalizado com CamScanner

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere a ato administrativo e agentes públicos, julgue os itens que se seguem. ANULAÇÃO

51 Caso a revogação de um ato administrativo decorra da verificação de ilegalidade, será dispensada a instauração de processo administrativo. E

52 A revisão de atos administrativos flagrantemente inconstitucionais não está sujeita a prazo decadencial. C

53 Cabe aos tribunais de contas, no prazo decadencial de cinco anos, examinar a legalidade do ato de aposentadoria, a contar da publicação do referido ato. C

54 Servidor público cujo vínculo com a administração pública ocorre mediante contrato temporário não tem direito à estabilidade funcional. C

No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

55 A responsabilidade objetiva aplica-se às pessoas jurídicas de direito público em casos de atos comissivos e de atos omissivos, independentemente da licitude, ou não, do comportamento do agente público.

56 Caso indenize terceiro, em decorrência de danos causados por atos praticados por tabeliães e registradores oficiais no exercício de suas funções, o Estado terá direito de regresso contra o causador do dano nos casos de dolo ou culpa. E

57 Na hipótese de exames cancelados por indícios de fraude, o Estado e a pessoa jurídica de direito privado organizadora do concurso público respondem solidariamente pelos danos materiais causados aos candidatos.

Acerca do controle da administração pública, do controle judicial e do controle legislativo, bem como do disposto na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens que se seguem.

58 Qualquer ato de improbidade administrativa é prescritível. C

59 Em caso de atividade de fiscalização de inspeção sanitária, o poder de polícia poderá ser transferido à iniciativa privada, desde que esta cumpra os requisitos estabelecidos em lei e submeta-se a controle estatal. C

60 É cabível o controle judicial quanto ao teor de questões formuladas em concurso público e ao conteúdo de regras previstas em edital de certame, sendo, entretanto, vedado ao julgador ocupar-se de questões relativas a exame do mérito do ato administrativo. C

De acordo com a jurisprudência do STF no que tange a funções essenciais à justiça e aos Poderes Legislativo e Judiciário, julgue os itens a seguir.

61 O Ministério Público tem legitimidade ativa para propor ação civil pública por meio da qual pretenda anular acordo de natureza tributária pactuado entre empresa privada e Estado-membro.

62 O chefe do Poder Executivo estadual dispõe de iniciativa legislativa privativa para apresentar projeto de lei que institua plano de cargos, carreira e vencimentos dos servidores da Defensoria Pública Estadual.

63 A ação direta de inconstitucionalidade não pode ser utilizada para inviabilizar a aprovação de projetos de lei. C

64 Na hipótese de veto parcial de projeto de lei, a promulgação da parte sancionada ocorrerá após a análise do veto pelo Poder Legislativo por não poder haver o desmembramento do processo legislativo.

65 A imunidade material parlamentar, quanto a palavras e opiniões emitidas fora do espaço do Congresso Nacional, pressupõe a presença de nexo de causalidade entre a suposta ofensa e a atividade parlamentar. C

No que diz respeito a Poder Executivo, órgãos do Poder Judiciário e organização político-administrativa, julgue os itens que se seguem de acordo com a jurisprudência do STF.

66 Governador do estado não pode reestruturar órgãos públicos por meio da edição de decreto por se tratar de matéria submetida à reserva legal. C

67 Compete ao Conselho Nacional de Justiça, enquanto órgão administrativo, fazer o controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar de todos os órgãos e de todos os juízes do Poder Judiciário nacional.

68 É constitucional lei estadual que estabeleça, como critério de desempate em concurso público, a preferência em favor de candidato com mais tempo de serviço prestado àquele estado da Federação. E

Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência pertinente, julgue os itens subsequentes.

69 Admite-se a impetração de mandado de segurança contra ato judicial na hipótese da decisão judicial ser teratológica ou manifestamente ilegal, caso em que esse instrumento processual será recebido como sucedâneo recursal. E

70 É cabível a impetração de *habeas corpus* para analisar a legalidade de decisão que determine a suspensão de carteira nacional de habilitação. E

No que se refere ao disposto no Código Civil sobre a capacidade das pessoas naturais, julgue os itens a seguir.

71 São absolutamente incapazes as pessoas viciadas em tóxicos. E

72 A incapacidade relativa atinge as pessoas que não podem exprimir sua vontade devido a causas de natureza permanente ou transitória. C

73 As pessoas com deficiência são consideradas absolutamente incapazes pelo atual regime da capacidade civil. E

Acerca dos direitos da personalidade à luz do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens que se seguem. Permitido

74 É vedada a disposição do próprio corpo para ser usado com objetivos científicos depois da morte. E

75 Há imprescritibilidade da pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade. E

76 É vedada a alteração de nome civil em caso de dupla cidadania. E

77 O direito à imagem, embora esteja contemplado nos direitos da personalidade, não se estende à voz humana. E

78 A imposição de tratamento médico, ainda que devido a risco de morte, viola os direitos da personalidade. C

Com relação ao regime das pessoas jurídicas de direito privado, julgue os itens subsequentes.

79 O associado poderá ser removido da associação por discricionariedade dos administradores. E

80 Na hipótese de abuso da personalidade jurídica em decorrência de confusão patrimonial, poderá ser judicialmente determinada a desconsideração da personalidade jurídica, para que os efeitos de determinadas relações alcancem os bens particulares de sócios. C

81 Nos casos de dissolução da pessoa jurídica, ela deverá subsistir para fins de liquidação. C

82 A insuficiência de bens não é impedimento para a constituição de fundação voltada à preservação do meio ambiente. E

Digitalizado com CamScanner

Com referência aos negócios jurídicos, julgue os próximos itens, de acordo com o Código Civil.

83 Configura condição suspensiva do negócio jurídico o fato de o diretor de uma empresa afirmar que, se o desempenho de sua equipe alcançar determinado patamar, todos receberão uma quantia de bonificação.

84 Se uma pessoa for titular de um direito eventual decorrente de negócio jurídico com condição suspensiva, não lhe será permitido praticar atos voltados à conservação do direito.

85 Configura condição resolutiva do negócio jurídico o fato de um pai prometer a uma filha repassar-lhe certo valor mensal até que ela complete 20 anos de idade.

À luz das disposições presentes no Código de Processo Civil e da jurisprudência consolidada pelo Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens a seguir, acerca da gratuidade de justiça.

86 Caso não tenha sido requerido pela parte, o benefício de gratuidade da justiça pode ser concedido de ofício pelo juiz.

87 Os efeitos da concessão de gratuidade da justiça estendem-se por diversos atos processuais, mas não alcançam a perícia, quando a responsabilidade pelo seu pagamento recair sobre o titular do benefício.

88 O dever imposto ao beneficiário da justiça gratuita concernente ao pagamento de eventuais multas processuais fica afastado em virtude da concessão do benefício.

89 O direito à justiça gratuita é pessoal, de modo a não alcançar automaticamente litisconsorte ou sucessor do beneficiário.

90 Caso demonstre a impossibilidade de arcar com as despesas processuais, a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, pode ser beneficiária da justiça gratuita.

Quanto aos aspectos processuais relativos ao papel desempenhado pelas funções essenciais à justiça, julgue os itens a seguir.

91 A advocacia pública, por meio de representação judicial, é responsável pela defesa e promoção dos interesses dos entes da Federação.

92 Com o objetivo de promover a defesa dos interesses difusos e coletivos, a Defensoria Pública detém legitimidade ativa para a proposição de ação civil pública, tanto principal como cautelar.

93 O Ministério Público pode interpor recursos na condição de parte no processo, mas não quando estiver atuando como fiscal da ordem jurídica.

94 A utilização de métodos de solução consensual de conflitos é vedada ao Ministério Público, considerando seu papel institucional de promoção do inquérito civil e da ação civil pública.

95 O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Advocacia-Geral da União e as procuradorias estaduais e municipais detêm prazo em dobro para apresentação de suas manifestações processuais.

À luz do Código de Processo Civil, julgue os itens a seguir, a respeito das atribuições do juiz no âmbito do processo civil brasileiro.

96 Quando observar a existência de múltiplas demandas individuais repetitivas, o juiz poderá oficiar o Ministério Público e a Defensoria Pública para promover a propositura de ação coletiva.

97 Caso esteja convencido de que ambas as partes utilizaram do processo para a prática de ato simulado, o juiz deverá aplicar as penalidades da litigância de má-fé e proferir decisão que obste o objetivo ilícito das partes.

98 Eventual correção do valor da causa deve ser requerida por uma das partes, não sendo possível ao juiz proceder à correção de ofício.

99 Em caso de morte do procurador do réu e não havendo a constituição de novo advogado em 15 dias, o juiz deve dar prosseguimento ao processo à revelia do réu.

100 Na hipótese de ausência de competência do juízo em razão da matéria, o juiz deprecado deverá cumprir a carta precatória e depois remetê-la ao juiz competente.

Ava foi denunciada por ter oferecido vantagem econômica para que uma testemunha mentisse em depoimento colhido em ação civil. Um servidor da vara criminal solicitou grande quantia em dinheiro, alegando ser essa uma exigência do juiz para absolvê-la. O valor foi pago, entretanto houve condenação. O juiz não tinha conhecimento do suborno.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, de acordo com as disposições do Código Penal.

101 Ava não seria punida em relação ao depoimento falso ocorrido na ação civil se, antes da sentença penal, houvesse declarado a verdade dos fatos.

102 Ava foi denunciada por crime qualificado e a contagem do prazo prescricional iniciou-se a partir do dia em que o fato se tornou conhecido.

103 O juiz responderá pelo crime de prevaricação se, ao tomar conhecimento do fato, for indulgente e deixar de responsabilizar o servidor da vara criminal.

104 A conduta do servidor configura o crime de exploração de prestígio, de ação penal pública incondicionada, com causa de aumento de pena.

105 Quanto ao valor que foi pago ao servidor da vara criminal, a conduta de Ava é atípica.

À luz das disposições legais de direito penal e da jurisprudência correlata, julgue os próximos itens.

106 A conduta do agente que, para não se incriminar, atribui a si a identidade de outrem, perante o delegado, é típica e configura o crime de falsa identidade.

107 No regime aberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.

108 É isento de pena o agente que, por embriaguez completa culposa, era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.

109 Admite-se a excludente de antijuridicidade do estrito cumprimento de dever legal nos crimes culposos.

110 Quanto ao concurso de pessoas, o Código Penal adota, como regra, a teoria unitária ou monista e, excepcionalmente, a teoria pluralista.

Digitalizado com CamScanner

No que concerne à prisão, julgue os itens a seguir.

111 O Ministério Público pode formular requerimento de revogação da prisão preventiva, podendo o juiz atendê-lo de ofício, caso
C verifique a falta de motivo para sua manutenção.

112 A prisão temporária será decretada de ofício pelo juiz sempre que ele identificar a necessidade de salvaguardar o perigo na
E reiteração da conduta criminosa.

C 113 Diferentemente da decisão de decretação da prisão preventiva, a decisão que a revogue dispensa fundamentação.

Em relação ao sistema processual penal brasileiro, julgue os itens subsecutivos.

114 O afastamento do juiz da iniciativa probatória assegura a sua imparcialidade e fortalece a estrutura dialética do processo penal.

115 A Constituição Federal de 1988 adota, em regra, o modelo acusatório, caracterizado pela separação das funções de acusação,
C defesa e julgamento.

A respeito da pronúncia e dos recursos, julgue os próximos itens.

116 A interposição de recurso contra a sentença de pronúncia constitui prerrogativa inerente ao direito de defesa, razão pela qual não
C se pode imputar ao réu que faça uso desse instrumento jurídico a responsabilidade pelo excesso de prazo da prisão cautelar.

E 117 Cabe apelação da decisão de pronúncia, recurso que suspende a marcação da sessão plenária.

118 Da sentença proferida na sessão plenária caberá recurso de apelação no prazo de cinco dias, devendo as razões ser apresentadas
E em oito dias. RESE

Acerca da busca e da apreensão, julgue os itens seguintes.

119 A busca pode ser requerida pela defesa do réu, com o intuito de descobrir objetos necessários para comprovar a tese defensiva.

C 120 Em regra, a busca e a apreensão prescindem de autorização judicial e não podem ocorrer no período noturno.

Espaço livre

social e
econômica e
ambiental
Fome

$2 \times 2 \times 2 \times 2 = 16$

Digitalizado com CamScanner

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.**
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- **Na Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

-- PROVA DISCURSIVA --

Em 1984, foi proposto um modelo para o estudo dos determinantes da sobrevivência de crianças nos primeiros cinco anos de vida. Destaco três pontos importantes do modelo.

Primeiro, sob condições ideais, cerca de 97% das crianças deveriam sobreviver até os cinco anos de idade. A morte durante essa etapa da vida é, em sua maioria, uma consequência do efeito acumulado de fatores adversos que progressivamente deterioram a saúde.

Segundo, há cinco categorias de determinantes próximos que afetam diretamente a sobrevivência das crianças, entre os quais estão incluídos fatores maternos (como idade da mãe), contaminação ambiental (ar, comida, água, insetos), deficiências nutricionais, acidentes e formas de controle de doenças.

Terceiro, variáveis socioeconômicas afetam a sobrevivência de crianças. Essas variáveis estão relacionadas aos pais, ao domicílio e ao contexto ecológico, político e institucional no qual a criança está inserida.

A crise humanitária na terra Yanomami, a maior do país e localizada em Roraima, exemplifica esse modelo. A crise não é resultado de um evento único, imediato. O quadro severo de desnutrição das crianças, o pior já reportado entre comunidades indígenas nas Américas, não aconteceu da noite para o dia. A crise é reflexo de sucessivas ações de negligência, negação de direitos e mudanças na legislação ambiental.

Internet: <https://www1.folha.uol.com.br> (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter apenas motivador, redija um texto dissertativo sobre o seguinte tema.

CRISE YANOMAMI: MÚLTIPLAS DIMENSÕES DE UMA TRAGÉDIA HUMANITÁRIA

Ao elaborar seu texto, faça, necessariamente, o que se pede a seguir.

1 Demonstre como os fatos constitutivos da crise nas terras Yanomami competem a diversas áreas de políticas públicas, estabelecendo uma inter-relação entre o problema e, no mínimo, duas dessas áreas. **[valor: 3,50 pontos]**

2 Cite as causas da referida crise, relacionando-as com as áreas de políticas públicas que tenham sido mencionadas anteriormente. **[valor: 3,00 pontos]**

3 Discorra sobre medidas em vias de implementação ou que possam ser adotadas em relação ao problema em questão. **[valor: 3,00 pontos]**

Políticas públicas: Econômicas e ~~sociais~~ ambiental

Yanomami

Causas da crise: Falta de alimentos
- Impacto ambiental

Digitalizado com CamScanner